

O MERCADO DE TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO DAS CONTADORAS QUE ATUAM NAS EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DO ESTADO DE SERGIPE

Mariana Dórea Figueiredo

Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (FANESE-SE)

marianadorea@ig.com.br

RESUMO

O estudo analisa a existência de desigualdades por gênero nas empresas de auditoria independente de Sergipe, assim como, identifica a participação das mulheres contabilistas que atuam nessas empresas., destacando suas representações sobre o trabalho e a formação. As estatísticas descobrem a existência de 37% de contabilistas em Sergipe. A realização de entrevistas semi-estruturadas com uma amostra do universo informa que os estereótipos de papéis, a divisão sexual orientam a organização do trabalho. A pesquisa, conduzida pelo método de estudo de campo, utilizou-se de uma amostragem não probabilística formada por 05 empresas de auditoria independente situadas em Sergipe, nas quais aplicou-se um questionário direcionado aos contabilistas atuantes dessas empresas. A pesquisa é predominantemente qualitativa, apesar de contemplar aspectos quantitativos, e utilizou um enfoque histórico-crítico, dentro da abordagem dialética; buscando compreender os fatos de maneira articulada entre si, e não isoladamente do contexto. Os resultados evidenciam inserção das mulheres no mercado da contabilidade, progresso profissional, maior nível de escolaridade, rendimentos financeiros e, principalmente, em termos de acesso ao poder, mas uma inexistência da participação feminina na auditoria independente

Palavras-chave: Trabalho. Formação profissional. Contabilidade. Gênero. Auditoria independente.

Área Temática: Ética e Responsabilidade Social

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC- 2006), as mulheres representam 37% dos profissionais da Contabilidade no Brasil. Ao todo são cerca de 145.388 mulheres contabilistas em plena atividade¹, o que indica uma significativa mudança no perfil profissional dos contabilistas. No entanto, conforme salienta Bruschini e Puppini (2004), ainda que as mulheres estejam ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nos quais sua inserção tenha características bastante similares às dos homens, elas permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho: ocupam posições de mais baixo status, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens. Tal fato prova que a ascensão profissional das mulheres nem sempre representou reconhecimento do significado e da importância do seu trabalho.

Diante das assimetrias entre os sexos no mercado de trabalho e da expressiva quantidade de mulheres na profissão contábil, assim como, reconhecendo que a auditoria externa representa para os profissionais da área de Ciências Contábeis um mercado de grandes oportunidades de crescimento profissional, constituindo um segmento em crescente expansão e uma das áreas que mais emprega contabilistas, cumpre questionar: a desigualdade por gênero é um fator presente nas empresas de auditoria independente de Sergipe? Qual a participação e o perfil das mulheres contabilistas que atuam nessas empresas? Como as contabilistas encaram as diferenças em relação ao gênero no espaço de trabalho, bem como na construção de sua carreira profissional?

O caráter da diferença atribuído às mulheres se situa especialmente no campo representacional e, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho é um processo que não se limita a indicar o lugar de homens e mulheres nas estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho. Portanto, entender como ocorre o processo educacional da mulher possibilita uma atuação com maior profundidade.

Começamos, portanto, por entender a educação, e também a educação da mulher, como um processo cultural complexo onde interagem diversos fatores em diversos sentidos, que procuram, ao menos sob o ponto de vista político-social, adaptar o comportamento dos educandos às expectativas e exigências de um determinado contexto social. A educação é, assim, de tal forma um evento básico de toda a cultura que podemos dizer o seguinte: a cultura é o meio vital do fenômeno-processo educativo, mas o fenômeno-processo educativo é também criador e transformador da cultura. Por um lado, educa-se a partir de uma cultura.

No que diz respeito àquilo a que podemos chamar Cultura Ocidental, e olhando para a História da Educação, as nossas práticas sociais e modelos subjacentes à ação educativa, sobretudo quanto à importância atribuída à educação da mulher, deixaram muito a desejar se confrontadas com os princípios pedagógicos desenvolvidos em cada época. Poder-se-ia dizer que a imagem da mulher aparece marcada pela seguinte trilogia: solidão, silêncio e ignorância. Seria o mesmo que dizer: a mulher aparece marcada por uma representação “naturalizada” do seu ser, apoiada numa leitura ambigualmente funcional e doentia do seu corpo. Os avanços obtidos, no entanto, encobrem obstáculos importantes a serem superados no século XXI. A forma de inserção nesse espaço majoritariamente masculino tem em vista as relações estabelecidas, não somente por ser um reduto masculino, mas pelas relações patriarcalistas criadas na sociedade que direcionaram as funções domésticas como sendo exclusivas da mulher.

Segundo Saffioti (1987) há um processo de naturalização dos processos socioculturais, pois essas funções foram criadas socialmente quando a família se estruturou dessa forma, com

¹ Dados referentes a setembro de 2006.

a mulher exercendo “naturalmente” sua função de mãe e no cuidado com o lar. Enquanto que ao homem, quando do surgimento da divisão social do trabalho com a geração do excedente, separando o espaço da produção e o da reprodução, coube o exercício dos afazeres fora do âmbito privado do lar. A partir daí a identidade social, segundo a autora, foi socialmente construída.

A abordagem de gênero questiona a construção da cidadania e dos direitos das mulheres, tendo em vista que, um dos desafios dos direitos humanos é encontrar caminhos para defender sua universalidade, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade. Pode haver e haverá uma variedade na prática dos direitos humanos, porém eles não podem ser sacrificados em nome da cultura e da diversidade. As respostas das mulheres a essas forças globais são dirigidas no sentido de transformar as definições e interpretações de direitos humanos.

O que se entende por direitos humanos fundamentais está constantemente evoluindo e responde, necessariamente, à percepção do indivíduo sobre sua necessidade e dignidade nas diferentes épocas. Ao se afirmar que os direitos das mulheres são direitos humanos, demonstra-se que as violações a esses direitos têm acento no gênero.

2. A PROFISSÃO CONTÁBIL: Algumas considerações históricas

A ciência contábil² tem por objetivo o registro das mutações do patrimônio de uma entidade; essa prática remonta à Antiguidade, quando o simples fato de enumerar os bens que os homens tinham para pescar, caçar, além de seus animais, por meio de riscos nas paredes das cavernas, já pode ser considerada contabilidade rudimentar ou primitiva.

Essa mudança do patrimônio decorre do acréscimo, decréscimo ou apenas mudança de critérios para a classificação dos itens que o compõem. Há a necessidade de referenciar a quem pertencem esses bens (tangíveis ou não), surgindo com isso a idéia de propriedade privada. Tem-se então uma profissão que sempre acompanhou e demonstrou os principais momentos que o capitalismo atravessou nas suas diversas crises e “restaurações”. A importância da contabilização fidedigna surge ao mesmo tempo em que essas entidades passam a ser, em sua maioria, empresas mercantis que necessitavam controlar suas entradas, saídas e saldos de mercadorias para revenda, bem como seus resultados econômicos, apontando lucros ou prejuízos para períodos específicos de tempo.

Em 1750, com a nomeação de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, para assessor principal de José II, Portugal viu começar reformas políticas, econômicas e culturais, que deveriam se estender até o Brasil. Ocorreu, então, a reformulação do sistema educacional brasileiro, antes capitaneado pelos jesuítas; agora, a finalidade era atribuir uma utilidade prática em relação à educação e o cotidiano da colônia. Assim, de acordo com Leite (2005, p.26):

A nova ideologia instituiu novas diretrizes educacionais para a formação do novo estudante português. O sistema educacional deveria ter por funções: - proporcionar aos estudantes conhecimentos de comércio e da arte dos negócios; - estimular o interesse dos estudantes por cursos de nível superior; - aprimorar o uso da língua portuguesa; - diversificar o conteúdo da grade curricular, incluindo disciplinas de natureza científica; - fazer com que os conhecimentos ministrados fossem os mais práticos possíveis, ou seja, estivessem voltados para a resolução dos problemas práticos da vida.

² De acordo com Sá e Sá (1990, p.70) a ciência contábil é o “conjunto de conhecimentos que explica os fenômenos ocorridos com o patrimônio sob a égide das finalidades deste e que são a Rentabilidade, Liquidez, Produtividade, Elasticidade, Economicidade, Equilíbrio e Invulnerabilidade.”

Com essas reformas, surgiu em Portugal a Aula do Commercio, em 1759, com o objetivo de desenvolver aquele país na área comercial, tendo em vista sua expansão econômica e seu atraso em relação aos demais países europeus no que se referia à contabilidade, comércio e controle. A relação existente entre Brasil e Portugal era de explorado e explorador; então depois do desmonte realizado na educação brasileira, não houve um sistema educacional estruturado para garantir o objetivo inicial da reforma, abrindo uma lacuna enorme até o aparecimento do ensino comercial no Brasil, fato que só aconteceu com a chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos promovida por D. João VI, após sua fuga da invasão francesa em 1808.

Novo cenário emoldurou a sociedade brasileira em sua inevitável independência de Portugal. Com o curso de economia, criado em 1808 e a cadeira de Economia Política, dirigida por José da Silva Lisboa³, teve-se a configuração do que viria a ser o ensino comercial no Brasil, que em 1810 trouxe a “Aula de Comercio da Corte” (COSTA apud LEITE, 2005, p.36), que se desmembraria em outros cursos, dentre eles o de Ciências Contábeis, um século depois.

2.1 – A contabilidade em Sergipe

O cenário encontrado em Sergipe no início do século XIX não era tão diferente de outros locais no Brasil e foi captado pelo historiador inglês Robert Southey(1977) e citado por Nunes (1984, p.35):

Achava-se a grande massa do povo no mesmo estado como se nunca se houvesse inventado a imprensa. Havia muitos negociantes abastados que não sabiam ler, e difícil era achar jovens habilitados para caixeiros e guarda-livros. Nem era raro um opulento sertanejo encomendar a algum dos seus vizinhos que de qualquer porto de mar lhe trouxesse um português de bons costumes que soubesse ler e escrever, para casar-lhe com a filha.

Tendo em vista o sistema educacional⁴ implantado no Brasil desde sua descoberta, vê-se como era difícil encontrar o chamado guarda-livros, cuja tarefa consistia em escriturar a contabilidade das empresas. A finalidade da educação era a catequese dos índios, para sua conversão ao cristianismo e domesticação para o trabalho escravo. A seguir, com a expulsão dos jesuítas, nem isso havia como educação; restaram ações isoladas que tentavam ensinar a ler e escrever, junto às casas grandes das fazendas. Mulheres se dedicavam a essa tarefa, além de alguns padres seculares, que continuaram seus ensinamentos nos conventos ou igrejas sob sua responsabilidade.

Apenas em 1871, com o início das aulas no colégio Atheneu Sergipense, e após o regulamento de 24 de outubro de 1870, do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, é que a educação teve uma reforma que causou transformações significativas para o ensino de contabilidade no estado. O Presidente Cândido da Cunha Leitão, por ato de 10 de junho de 1871, criou cursos noturnos que funcionaram anexos ao Atheneu e que

³ José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, além de diretor da cadeira de economia política, “era professor de filosofia racional e moral na Bahia, deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e do Comércio naquela capitania”. (LEITE, 2005, p. 36) Também foi quem sugerira a D. João VI a abertura dos portos após sua chegada a Bahia em 22 de janeiro de 1808.

⁴ De acordo com Paiva (2000, p.43) “As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa.[...] A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios, estes sobretudo, se voltam para os filhos dos principais. A cultura hegemônica assim o dispunha”. O que chamamos de sistema educacional se coloca como sendo uma estratégia portuguesa para a instauração do único tipo de sociedade que os colonizadores conhecem. Além disso, fazia parte de uma orientação catequética, advinda de Roma, conforme atestamos em “A civilização pela palavra”, de João Adolfo Hansen. (in: LOPES, Eliane Marta Teixeira. Et al.(Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Ed. Autêntica. 2000).

“compreendiam o ensino de gramática nacional, língua francesa, comércio e escrituração mercantil, desenho linear e primeiras letras” (NUNES, 1984, p.118). Essa reforma se coloca justamente após a vigência do Código Civil brasileiro de 1850, que previa a obrigatoriedade da manutenção da escrituração contábil, o que deu um impulso para o ensino de contabilidade em Sergipe.

A Escola de Comércio Conselheiro Orlando, no ano de 1926, registrara uma matrícula de 31 alunos, consolidando o ensino de contabilidade em nosso estado. Esse desempenho era causado pela absorção dos seus egressos no comércio local, o que mereceu uma mensagem à Assembleia Legislativa de Manuel Correia Dantas, Presidente do Estado, em 07/09/1927 (NUNES, 1984, p. 259), reconhecendo os serviços prestados por aquela instituição em favor do ensino profissional para a juventude sergipana.

2.2 – Auditoria Independente

A função de auditor independente é uma das atividades exclusivas dos profissionais de contabilidade com formação em nível superior, denominado contador, regulamentada atualmente pela Resolução CFC nº 821/97, que aprovou a NBC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente, revogando a Resolução CFC nº 701/91.

A Norma estabelece os aspectos necessários para caracterizar e regular a auditoria independente, começando pela competência técnico-profissional que sinaliza para o conhecimento profundo das legislações que se aplicam a sua atuação, à entidade auditada e à atividade de seu cliente. Antes de iniciar, o auditor deve analisar a complexidade dos trabalhos a serem realizados, para que seja possível definir a quantidade de horas, pessoas e a extensão de suas ações; também alerta para que o profissional recuse qualquer serviço, no momento em que detecte a impossibilidade de sua execução, mesmo considerando a parceria com outros profissionais e especialidades para o atingimento dos objetivos da auditoria.

Para que seja considerado auditor independente, a NBC P 1 relaciona os possíveis vínculos que não permitiriam a execução da auditoria por não ser considerada uma relação de independência; por exemplo, o grau de parentesco, vínculo empregatício, participação na sociedade, interesse financeiro, honorários incompatíveis, entre outros. Todo esse cuidado é devido à natureza dessa função, pois o contador atuará como um “verificador” do que foi registrado na contabilidade da entidade, com o objetivo principal de confirmar as práticas dentro do que exigem as leis que regulam as atividades da empresa e dos Princípios Fundamentais de Contabilidade; mas o que normalmente vem à mente de todos é que o auditor busca encontrar alguma fraude ou erro, o que não é verdade e que também está presente na norma. A possibilidade de encontrar alguma irregularidade existe, e o auditor terá que estar pronto para os casos em que ocorrerem.

A evidência do trabalho do auditor independente é um parecer que será produzido após o exame dos documentos, livros e procedimentos da entidade em relação às suas demonstrações contábeis, quais sejam: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido. Novas demonstrações estão sendo introduzidas a essa lista como forma de trazer novas informações acerca do exercício social (normalmente coincidente com o ano civil) da entidade para os usuários dessas informações.

Outro aspecto importante é o sigilo que deve ser observado: “a) na relação entre o auditor e a entidade auditada; b) na relação entre os auditores; c) na relação entre os auditores e os organismos reguladores e fiscalizadores; e d) na relação entre o auditor e demais terceiros.”(CFC2, 2003, p. 79). Esse cuidado se justifica pela importância dada ao parecer de

um auditor independente, que, para Almeida (1990, p.1), “surgiu como parte da evolução do sistema capitalista”.

Porém, não podemos deixar de considerar seu raciocínio no que diz respeito às mudanças ocorridas no cenário econômico que levaram à transformação da empresa, exigindo um porte maior, com mais recursos disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades, impossível para apenas uma família ou indivíduo isoladamente. Esse contexto fez surgir um número maior de empresas que colocam à venda suas ações em mercado aberto de negócios, como as bolsas de valores, espalhadas nos grandes centros financeiros. O objetivo era arrecadar essas vultosas quantias, capazes de mantê-las em condições de competir com as demais empresas do mercado.

Ficou muito mais fácil investir em empresas que se localizam nas mais diversas partes do mundo. A dificuldade é ter o discernimento para reconhecer qual o melhor investimento; aquele que irá gerar uma maior acumulação do capital empregado, ou retorno na linguagem empresarial. As características buscadas são: o lucro que é gerado pelas operações normais da empresa, na produção, venda e circulação de suas mercadorias e a avaliação do lote de ações dessas empresas, denominadas companhias.

Dessa forma, de posse do parecer de um auditor independente, esses novos investidores podem analisar melhor, dentre as opções que têm, qual a que lhe trará uma maior acumulação de capital. Mas, como se trata de uma previsão, outros aspectos devem ser observados. Já que a análise realizada pelo auditor é sobre demonstrações de exercícios já encerrados, portanto, no passado, que garantias serão dadas sobre o futuro da empresa auditada? Os exames realizados pelos auditores contemplam a análise dos controles internos das empresas e a realização de vários testes de auditoria; assim, pode-se dizer que seus controles contribuem para corretas tomadas de decisão e padronização de seus sistemas, algo que dá mais tranquilidade aos investidores, tendo em vista que a padronização dos processos e os mecanismos de controle irão ajudar, no transcorrer dos meses, a manutenção de um equilíbrio e um comportamento mais uniforme das operações da empresa, permitindo uma projeção do que irá acontecer com os resultados mensais e conseqüentemente, anuais.

Existe a obrigatoriedade do parecer do auditor independente nas demonstrações contábeis das empresas que são de capital aberto⁵ a partir dos regulamentos emitidos pelo Banco Central do Brasil, através da circular nº 179, de 11 de maio de 1972, mas já havia a figura do auditor independente desde a Lei nº 4.728, de 1965, que regulamentou o mercado de capitais no Brasil. Posteriormente, em 1976, com o advento da Lei nº 4.604 (a lei das Sociedades Anônimas), a obrigatoriedade passou a ser de que as demonstrações das companhias de capital aberto deveriam ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (ALMEIDA, 1990, p.4).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desse tema pode ser considerada de caráter qualitativo sem desconsiderar dimensões quantitativas e utilizou um enfoque histórico-crítico, dentro da abordagem dialética que, conforme Gil (1999, p.32) “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.[...]”.

⁵ Denomina-se capital o valor empregado pelos sócios para que a empresa possua vida própria e consiga se manter em atividade, é o que separa a pessoa jurídica da pessoa física (o sócio). Por capital aberto, aquele formado por recursos provenientes de investidores do mercado, que adquiriram suas participações em negociações na bolsa de valores ou no mercado de balcão. Vide nota 9.

O universo deste estudo constitui os contadores na área de auditoria independente no Estado de Sergipe. A amostra não-probabilística intencional, compõe-se por contadores homens e mulheres dos diversos segmentos desse setor de trabalho, dando-se prioridade as mulheres, pela sua situação histórica condição de opressão/dominação, para captar as diferenças encontradas nos discursos, visões e representações dos participantes da pesquisa. Então, pode-se perceber duas formas de ver os fenômenos sociais, uma que parte da subjetividade dos atores, de como são apropriados os significados do que acontece para o sujeito; a outra parte do conhecimento do real social a partir das diversas ligações entre o sujeito, história, demais atores e dinâmica das relações.

Por essa diversidade é que não se pode classificar a pesquisa qualitativa de uma única forma. Sua análise deve ser feita a partir do conhecimento do referencial metodológico utilizado, pois, como se pôde ver, posições e, conseqüentemente, características igualmente diferentes. O cadastro do Conselho Regional de Sergipe é composto de homens e mulheres que possuem formação técnica de nível médio e superior, com dados a partir de 1952 e está transcrito na tabela 1.

3.1 – Os números em Sergipe

Do cadastro acima mencionado, segregamos a categoria Contador da de Técnico em Contabilidade, resultando assim um total de 1.493 (Tabela 2) profissionais habilitados.

Dentre um cadastro de 1.493 contadores (Tabela 3), apenas cinco contadores são cadastrados como auditores independentes no CRC/SE e na CVM, o que representa 0,40% dos profissionais aptos a atuarem como auditores independentes. Todos são do sexo masculino.

Tabela 1 – Inscrições no CRC/SE por ano – Homens e Mulheres

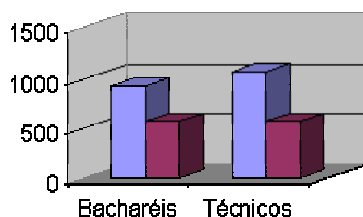
Ano Inscrição	Ativo		Ativo Total	Baixa de Insc.		Inativo Total	Total Global
	Homem	Mulher		Homem	Mulher		
Transferidos*	76	29	105	4	2	6	111
Até 1960	6	4	10	0	0	0	10
De 1961 a 1970	50	11	61	4	0	4	65
De 1971 a 1980	236	74	310	20	11	31	341
De 1981 a 1990	403	280	683	17	11	28	711
De 1991 a 2000	689	506	1195	54	8	62	1257
De 2001 a 2005	532	234	766	33	6	39	805
Total	1.992	1.138	3.130	132	38	170	3.300

* Os registros transferidos não têm identificação do ano de registro.

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe – Base 2005

Tabela 2 – Profissionais em Atividade – Por Categoria

	Bacharéis	Técnicos	Total
Homens	924	1.068	1.992
Mulheres	569	569	1.138
Total	1.493	1.637	3.130



Fonte: Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe – Base 2005

■ Homens ■ Mulheres

Em Sergipe, o fato de todos os auditores serem do sexo masculino levanta questionamento de gênero dentro da função de auditor, tendo em vista o número de mulheres bachareladas em Ciências Contábeis, podem exercer a função de auditora independente e não o fazem, por que? A composição do Cadastro Nacional de Auditores Independentes do CFC, disponibilizada no site www.cfc.org.br traz a informação de cinco auditores para o estado de Sergipe, de um total de 1.650 cadastrados, representando 0,3%, mas na prática, são seis, tendo em vista que um dos auditores que atuam em nosso estado está cadastrado pela Bahia, estado em que ele prestou a prova para conseguir sua habilitação.

**Tabela 3 - Auditores Cadastrados no CNAI
Por Unidade da Federação e por Homens e Mulheres**

Estado	Total	Homem	%	Mulher	%
AC	1	1	100,0	0	0,0
AL	3	3	100,0	0	0,0
AM	4	4	100,0	0	0,0
BA	39	34	87,2	5	12,8
CE	35	31	88,6	4	11,4
DF	41	30	73,2	11	26,8
ES	17	16	94,1	1	5,9
GO	17	14	82,4	3	17,6
MA	1	1	100,0	0	0,0
MG	109	97	89,0	12	11,0
MS	9	8	88,9	1	11,1
MT	7	7	100,0	0	0,0
PA	13	11	84,6	2	15,4
PB	5	5	100,0	0	0,0
PE	54	47	87,0	7	13,0
PI	7	5	71,4	2	28,6
PR	100	84	84,0	16	16,0
Rio de Janeiro	197	167	84,8	30	15,2
RN	7	7	100,0	0	0,0
RO	2	2	100,0	0	0,0
RR	1	1	100,0	0	0,0
RS	181	155	85,6	26	14,4
SC	68	64	94,1	4	5,9
SE	5	5	100,0	0	0,0
SP	724	627	86,6	97	13,4
TO	3	2	66,7	1	33,3
Total Geral	1650	1428	86,5	222	13,5

Fonte: www.cfc.org.br, acesso em 17/01/2007

4. MULHER CONTABILISTA: UMA RELAÇÃO DE GÊNERO?

A partir do século XIX, o conceito de identidade de gêneros ganhou ênfase, donde cresceu a preocupação em estabelecer novas normas de conduta e espaços específicos para o homem e para a mulher. Através da análise deste conceito, pode-se afirmar que o diferencial entre o homem e a mulher é o ideal feminino da “maternidade”, responsável pela manutenção e a reprodução da vida. Foi justamente essa concepção de maternidade e de família que condicionou a mulher o título de rainha do lar, e por isso a sua educação era voltada para amabilidade tanto com os filhos quanto para com o marido. Ao libertar-se das amarras desse passado, elas buscam atividades e se comprometem em conhecer melhor as suas individualidades.

Já no século XX, a mulher prioriza os relacionamentos estáveis, a segurança financeira e o reconhecimento profissional, em detrimento das antigas questões centrais da sua vida, tais como maternidade, o casamento e o sexo. Como tem sido levada nos últimos anos a procurar um novo entendimento sobre o seu papel social, o que ocorreu de fato foi a incorporação de novos papéis a sua antiga identidade feminina. Assim, o que vemos na atualidade é o perfil da mulher trabalhadora que tenta consolidar uma carreira profissional conciliada ao papel reprodutivo. Esses acréscimos de atribuições ao gênero feminino acarretaram numa sobrecarga física e psíquica para elas, decorrentes da sua inserção no mundo produtivo.

Para Joan Scott (1990) a categoria gênero surge para ir de encontro ao determinismo biológico existentes nas relações entre homem e mulher. Para a autora, gênero define-se por ser “um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero na verdade um primeiro modo de dar significados as relações de poder”. Percebe-se que tal categoria representa o conjunto de identidades, papéis e estereótipos construídos ao longo da história.

Para Maria Helena Santana Cruz (2005):

O sistema hierárquico de gênero está presente nas práticas e processos como no modo de produção e suas relações de classe; assim, a relação capital-trabalho, enquanto relação histórica concreta pode ser vista como uma forma de incorporar a hierarquia de gênero, já que o trabalho está dividido em torno de uma hierarquia sexual onde a mulher desempenha um rol de papéis secundários e, portanto tem um trabalho secundário. A organização familiar desvela padrões de relações sociais patriarcais por meio da divisão sexual de papéis, em aspectos considerados relevantes para indicar transformações na dinâmica das relações familiares: a administração doméstica, o orçamento familiar e educação dos filhos.

Neste trabalho, considera-se o conceito gênero como uma categoria que “designa o fenômeno ou conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre homens e mulheres, homens e homens, e mulheres e mulheres...” (VELOSO, 2003). Nesse conceito relacional, entende-se que essa categoria refere-se aos processos de formação da masculinidade e da feminilidade, o que significa dizer que a atenção não se volta exclusivamente para a mulher em si, mas para as relações sociais nas quais homens e mulheres estão inseridos e nas quais, conseqüentemente, ambos estão amplamente implicados em sua produção e reprodução. Relações estas que em nossa sociedade são, em sua maioria, marcadas pela desigualdade.

Sendo assim, gênero é aqui considerado como um fenômeno histórico e social, ou seja, construído pela própria sociedade e em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, que expressa “modos de ser”, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade. Um fenômeno que é parte constituinte da estrutura e da organização da sociedade, tendo conseqüências mediatas e imediatas para a reprodução social do ser social. Um conjunto de relações sociais que inclui o sexo, mas que não é diretamente determinado por este.

Assim, definido numa acepção relacional, opõe-se às interpretações biologistas das relações de gênero, que justificam as desigualdades entre homens e mulheres através de fatores naturais, através dos quais também se naturalizam fenômenos sociais como a violência contra a mulher, as desigualdades salariais, entre outros. Desta forma, o gênero não é fixo, imutável ou intransponível, ao contrário, varia de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. E com isso, depreende-se que, se as causas das desigualdades entre os sexos são sociais e estão interligadas a fatores políticos e econômicos de cada sociedade, as possibilidades de transformação também o são.

As mulheres correspondem hoje, a 41% da População Economicamente Ativa do Brasil, e mais de ¼ das famílias do país são por elas chefiadas. Com maior nível de instrução que os homens, não exercem, porém funções compatíveis com a sua formação: ocupam, em maior percentual, postos mais precários, além de terem menor remuneração. Esse quadro requer maior empenho das mulheres para mudar a situação. Sua luta junto às categorias profissionais precisa ser intensificada, pois atualmente os resultados das negociações coletivas ainda se concentram nas questões relativas à mulher gestante e a maternidade, pouco tratando dos problemas da mulher no trabalho.⁶

Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda ganham menos que os homens. A inserção da mulher do mercado de trabalho tem sido questão de interesse de muitos pesquisadores, isso se deve não só à luta pela emancipação feminina, pela igualdade entre os gêneros, mas também a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Diante dessa relevância indaga-se: o mercado de trabalho estaria crescendo e atraindo as mulheres com ofertas de muitos e bons empregos? Ou a necessidade de ajudar a família a sobreviver, o desemprego e a deterioração da renda familiar é o que tem acarretado, nos últimos anos, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho? Ou as possibilidades proporcionadas pelas novas configurações do trabalho são mais propícias e mais adequadas às aptidões e características femininas? Ficam aqui, tais questionamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pequena amostragem de estudos indica a emergência de novas perspectivas de compreensão das diferenças e das identidades culturais nas práticas educativas. Para além de uma compreensão estereotípica, rígida, hierarquizante, disciplinar, normalizadora da diversidade cultural, emerge o campo híbrido, fluido, polissêmico, ao mesmo tempo trágico e promissor da diferença, que se constitui nos entrelugares e nos entreolhares das enunciações de diferentes sujeitos e identidades socioculturais.

Por meio de uma discussão acerca dos limites e possibilidades de cada abordagem, o texto convidou a leitora e o leitor a uma utilização crítica do conceito de gênero, especialmente para a análise e a intervenção sobre questões que envolvam as relações de gênero no mundo do trabalho, com ênfase na Contabilidade. A idéia do texto é mostrar que o impacto de mudanças no mundo do trabalho só pode ser percebidas (e tratadas) adequadamente em uma perspectiva de gênero caso se dê atenção não apenas à posição das mulheres dentro de relações de trabalho, no mercado formal ou informal, mas se observe igualmente o impacto que essas posições trazem para a forma como homens e mulheres operam relações de gênero no seu cotidiano a partir de uma referência vivida no mundo do trabalho.

Este trabalho, com base em dados preliminares, sobre educação, trabalho e gênero no campo da contabilidade levantará questões teórico-metodológicas, considerando que a identidade de gênero se constitui ao longo de toda a vida em todas as áreas em que transita uma pessoa. Ademais, o jogo do poder implícito nas relações entre gêneros se concretiza no âmbito laboral, em sua divisão, que produz e reproduz a relação de dominação e subordinação. Nesse contexto, no espaço e tempo desta pesquisa, evidencia-se que a subordinação feminina e a divisão sexual do trabalho parecem não poder ser analisados separadamente.

Desse modo, com dados mais precisos e atualizados extraídos dessa proposta de estudo/pesquisa, conclui-se que, mesmo que velada, a desigualdade por gênero é um fator presente nas empresas de auditoria independente pesquisadas. Contudo, poucas mulheres contabilistas que possuíam consciência disso. Sendo assim, mesmo diante dos avanços e

⁶ Boletim DIEESE Nacional, Edição Especial – 08 de março de 2001.

conquistas das mulheres na profissão contábil, assim como na área de auditoria independente, constata-se, ainda, que muitos são os obstáculos a serem superados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **AUDITORIA: um curso moderno e completo**. São Paulo: Editora Saraiva. 1990. 4ª Edição. Volume 1.

AZEVEDO, Fernando de. **Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. In: A cultura brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1976. 5ª Edição.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e cidadania. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 03: Política social. Brasília: CEAD, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta J. M., MEYRE, Dagmar, WALDOW, Vera R. (Orgs.), **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASTRO, Nadya A. **Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna**. In: L.R.S. MACHADO, et al. **Trabalho e Educação**. Campinas: São Paulo ANDE/ANPED, 1992, p. 69-86.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Legislação da profissão contábil**. Brasília: CFC. 2003.

_____. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade Auditoria e Perícia**. Brasília: CFC. 2003.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: Edição UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Pedagogia: escolha marcada pelo gênero**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

FERRETTI, Celso João. ZIBAS, Dagmar M. L. MADEIRA, Felícia R. FRANCO, Maria Laura P. B.(Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar**. Ed. Vozes. 2003. 9ª Edição.

FIGUEIREDO, Sandra. CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: Teoria e prática**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2ª Edição. 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. Cortez Editora. 1995.

GATTI, Bernardete Angelina. **Questões de Método nas Ciências Sociais e Humanas**. São Paulo: FCC. 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1999. 206 p.

HIRATA, Helena. S. **“Da Polarização das Qualificações ao Modelo de Competência”**, In: C. J. FERRETI, D. M.L. Zibras, F. R. Madeira e M. L. D. B. Franco (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e educação - um debate interdisciplinar**, S. Paulo.Vozes. 1994.

LE GOFF, Jacques. **História**. In: **História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 17-171.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005. 1ª Edição.

LOPES, Hilton de Araújo. **Os escândalos financeiros e os mecanismos de controle**. In: RBC – Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. Ano XXXIV nº 153. Maio/Junho 2005.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Edições Loyola. 1996. 2ª Edição revista

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília, 2000.

MENDES, João Batista. **A importância da Contabilidade no contexto sócio-econômico nacional**. Jornal do Conselho Regional de Contabilidade, Minas Gerais, v.68, p. 12-13, jul./ago.,1999.

NUNES, Maria Thetis. **Historia da educação em Sergipe**. Sergipe: Editora Paz e Terra. 1984. Volume 13. Coleção Educação e Comunicação.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD para os anos de 2003.

SAFFIOTI, H. **Gênero e patriarcado**. Inédito, jan/ 2001.

----- **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social**. In: Godinho, Tabu e Silveira, Maria Lúcia da (Orgs). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. SP Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil da análise histórica**. Educação e Realidade, v. 16, no 2, p.5-22, Porto Alegre, jul-dez. 1991.

VELOSO, Renato. **Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero**. In: Universidade e Sociedade/ Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior – Brasília, Ano XII, nº 29, março de 2003, p. 53-56.